

Autopista Planalto Sul

Arteris

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

| Modalidade | Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a. | | | | | Total |
|------------------------------------|--|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 em diante | |
| BNDES Automático | 9,43% | 47.038 | 50.189 | 53.566 | 50.151 | 248.680 |
| Arrendamento mercantil a pagar | 8,42% | 3.575 | 2.305 | 2.199 | 2.199 | 11.928 |
| Debêntures – Partes relacionadas | 4,65% | – | 85.145 | – | – | 85.145 |
| Debêntures – IPCA | 9,87% | 16.256 | 24.635 | 33.685 | 44.075 | 156.818 |
| Fornecedores e cauções contratuais | – | 16.292 | – | – | – | 16.292 |
| Fornecedores partes relacionadas | – | 2.098 | – | – | – | 2.098 |
| Outras contas a pagar | – | 631 | – | – | – | 631 |
| | | 85.890 | 162.274 | 89.450 | 96.425 | 521.592 |

| Modalidade | Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a. | | | | | Total |
|------------------------------------|--|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|---------------|
| | 01.01 a 30.04.2021 | 01.05 a 31.07.2021 | 01.08 a 31.10.2021 | 01.11 a 31.01.2022 | | |
| BNDES Automático | 9,43% | 10.495 | 13.460 | 12.004 | 11.079 | 47.038 |
| Arrendamento mercantil a pagar | 8,42% | 894 | 894 | 894 | 894 | 3.575 |
| Debêntures – Partes relacionadas | 4,65% | – | – | – | – | – |
| Debêntures – IPCA | 9,87% | – | – | – | 16.256 | 16.256 |
| Fornecedores e cauções contratuais | – | 11.617 | 4.675 | – | – | 16.292 |
| Fornecedores partes relacionadas | – | 2.098 | – | – | – | 2.098 |
| Outras contas a pagar | – | 631 | – | – | – | 631 |
| | | 25.735 | 19.029 | 12.898 | 28.229 | 85.890 |

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de

riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

| Modalidade | Riscos cobertos | | Limites de indenização |
|------------|---|--------------------------------------|------------------------|
| | Todos os riscos | Riscos patrimoniais/perda de receita | |
| Garantia | Garantia de execução do Contrato de Concessão | Responsabilidade civil | 180.000 |
| | | | 20.000 |
| | | | 17.419 |

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais provenientes de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude

de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$90.791 (R\$89.614 em 31 de dezembro de 2019).

29. Eventos Subsequentes – Covid-19: A Sociedade está constantemente monitorando o cenário e os ambientes social, econômico e de negócios a fim de tomar as melhores medidas e trazer as melhores soluções diante da pandemia do Covid-19. Com a melhora observada nos últimos meses, os governos passaram a relaxar um pouco mais as restrições sanitárias e de circulação, fato que tem se comprovado com a melhora constante nos níveis de tráfego pedagado, e consequentemente diminuindo bastante os níveis de risco e incerteza, dado que a operação e a receita praticamente retornaram a patamares pré-pandemia. Ainda assim, a Sociedade ressalta que as medidas de contenção ainda estão efetivas e em andamento, uma vez que o país ainda se encontra com estado de calamidade decretado, podendo ainda o ritmo de execução de obras e de serviços serem afetados em algum grau. Apesar disso, ressalta que continua evitando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias. Ressalta também que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas. Caso o cenário atual de melhora não se prove duradouro, ou caso se observe uma volta da intensidade da pandemia em uma 2ª onda e os efeitos restritivos voltem a se intensificar em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, tanto operacional, quanto financeira de seus negócios, dado todo o seu expertise no negócio, constantemente avaliando projeções de cenários, mantendo constante diálogo com os órgãos reguladores, além de acesso ao mercado de capitais e linhas de crédito bancário. Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de janeiro de 2021 contra o mesmo período de 2020. As receitas apresentam aumento de 3,0%. Sendo um total de R\$15.005 em 2020 contra R\$14.564 de 2019. A Sociedade observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tãmega
Conselheiro

Marco Antonio Giusti
Conselheiro

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e Diretor de
Relações com Investidores

Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos
Regulatórios

Contador

Adriano Joni Grohskopf
CRC-SC 028502/0-3-S-PR

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A. Rio Negro-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis **Principais assuntos de auditoria:** A Sociedade avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, utilizou o cálculo do valor em uso para mensuração do valor recuperável. A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente, cujo cálculo envolve premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; – Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos as principais premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, bem como sensibilidade dessas principais premissas com base em: informações externas (dados disponíveis de mercado e dados históricos); (ii) Recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.8 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos de base de prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social nas suas demonstrações contábeis. Esses prejuízos fiscais e base negativa devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Sociedade com base em premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes

dos impostos (EBT). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – A avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizadas pela Sociedade. – Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Sociedade para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados; (ii) Sensibilizamos essas premissas com base em informações externas, tais como dados disponíveis de mercado e dados históricos; e (iii) Recalculamos as projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização dos prejuízos fiscais e base negativa. – Consideramos também se as divulgações de informações de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – A utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social consideramos as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2021.



KPMG Auditores
Independentes
CRC 2 SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador
CRC 1SP217348/O-5

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3321-8531

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA